

O estado sanitário no Mato Grosso Imperial: uma leitura a partir dos Relatórios dos Presidentes da Província (1840-1889)

The state of health in Imperial Mato Grosso: a reading from the Reports of the Presidents of the Province (1840-1889)

Fabiano Quadros Rückert

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde atua no Curso de Licenciatura em História e no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Julliana Aguiar da Motta

Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: O artigo desenvolve uma análise do estado sanitário da Província de Mato Grosso a partir dos Relatórios dos Presidentes da Província elaborados no período que corresponde ao Segundo Reinado (1840-1889). A consulta nos documentos buscou identificar as doenças recorrentes e concedeu especial atenção para o discurso das autoridades políticas a respeito dos fatores que atingiam a saúde da população mato-grossense. A introdução do artigo apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre a História das Doenças no Brasil e destaca trabalhos que exploram a historicidade das enfermidades, o saber médico e as práticas de cura na Província de Mato Grosso. A segunda seção aborda particularidades dos Relatórios Provinciais enquanto fonte documental e descreve os procedimentos adotados na coleta dos documentos consultados. Na sequência, o artigo trata das doenças mais recorrentes registradas nos Relatórios e apresenta dados sobre a vacinação contra a varíola em Mato Grosso. A quarta e última seção analisa elementos do discurso construído pelas autoridades políticas imperiais que interpretaram e descreveram o estado sanitário da Província de Mato Grosso, no período entre 1840 e 1889.

Palavras Chaves: História das Doenças, Mato Grosso, Império, estado sanitário.

Abstract: The article develops an analysis of the health status of the Province of Mato Grosso from the Reports of the Presidents of the Province made in the period corresponding to the Second Reign (1840-1889). The consultation in the documents sought to identify recurrent diseases and paid special attention to the discourse of political authorities regarding the factors that affected the health of the population of Mato Grosso. The introduction to the article presents a brief bibliographic review on the History of Diseases in Brazil and highlights works that explore the historicity of illnesses, medical knowledge and healing practices in the Province of Mato Grosso. The second section deals with the particularities of the Provincial Reports as a documentary source and describes the procedures adopted in collecting the consulted documents. Following, the article deals with the most recurrent diseases recorded in the Reports and presents data on smallpox vaccination in Mato Grosso. The fourth and last section analyzes elements of the discourse constructed by the imperial political authorities who interpreted and described the health status of the Province of Mato Grosso, in the period between 1840 and 1889.

Key Words: History of Diseases, Mato Grosso, Empire, health status.

Introdução

No âmbito da historiografia brasileira, o campo de pesquisas que atualmente conhecemos como História das Doenças ganhou forma na década de 1980. O campo – que na sua origem era interdisciplinar – cresceu sob a influência de ideias/modelos e proposições interpretativas procedentes da Europa. No decorrer dos anos 70, os estudos de Michel Foucault sobre temas como a história da loucura, o saber médico e a biopolítica provocaram forte impacto no meio acadêmico e contribuíram para o crescimento do interesse dos historiadores pelas doenças. Na mesma década, e mais especificamente, em 1975, Jacques Revel e Jean-Pierre Peter publicaram o texto intitulado “O corpo: o homem doente e sua história” – uma peça de importância seminal para a configuração do emergente campo da História das Doenças (REVEL; PETER, 1975). Naquele contexto, autores como Luz (1979 e 1982), Costa (1980), Machado *et al* (1978), Costa (1985) e Castro Santos (1980 e 1987), produziram obras que fomentaram o interesse da historiografia brasileira por questões como doenças, práticas profiláticas, hospitais, manicômios, medicina social e higiene pública.

No decorrer da década de 1990, a História das Doenças produzida no Brasil incorporou estudos que analisaram, com diferentes enfoques cronológicos e escalas espaciais, as relações entre a sociedade brasileira, as doenças, o poder público e as práticas de cura. Dentro deste escopo, os historiadores contemplaram questões como epidemias; fluxos migratórios; profilaxia rural; higienismo; reformas urbanas; campanhas sanitárias e regulamentação da medicina. Deste período, datam as obras de Benchimol (1990), Ribeiro (1992), Edler (1992), Yida (1994); Chalhoub (1996); Weber (1999), dentre outras.

Em 2004, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) promoveram o “I Seminário História das Doenças” – evento que resultou no livro *Uma história brasileira das doenças* (NASCIMENTO; CARVALHO, 2004). Posteriormente, em 2006, ocorreu a segunda edição do evento e o segundo volume do livro foi publicado (NASCIMENTO, CARVALHO, MARQUES, 2006). Em 2019 foi publicado volume 9 do respectivo livro (FRANCO; NASCIMENTO; SILVEIRA, 2019). A diversidade de temas abordados na série de livros intitulada *Uma história brasileira das doenças*, assim como o envolvimento de pesquisadores procedentes de diferentes instituições e o crescente interesse dos historiadores pelas enfermidades e pelas práticas de cura, são indicativos de que campo de estudos da História das Doenças está consolidado no âmbito da academia brasileira.

Sem a pretensão de uma revisão aprofundada da historiografia brasileira sobre a História das Doenças – tarefa que seria incompatível com os objetivos fixados para o presente artigo, consideramos pertinente apontar quatro aspectos relevantes neste campo historiográfico. São eles: (a) a ênfase nas interações entre o saber médico e o poder público – o que inclui a regulamentação da medicina e a participação dos médicos na proposição e execução de medidas profiláticas; (b) a coexistência de múltiplas concepções de doenças e de diferentes práticas de cura – questões que remetem para a dimensão cultural da História das Doenças; e (c) a distinção entre problemas sanitários urbanos e problemas sanitários rurais; (d) a distribuição das pesquisas históricas em torno de doenças epidêmicas e endêmicas, com predomínio do primeiro tipo.

Os quatro aspectos supramencionados não são excludentes ou incompatíveis. Pelo contrário: eles coexistem e se complementam. Revisando a bibliografia sobre a História das Doenças no Centro-Oeste do Brasil, identificamos pesquisas que articulam dois ou mais dos aspectos (a), (b), (c) e (d).

A Dissertação de Vilela sobre a epidemia de varíola que atingiu a Província de Mato Grosso em 1867 é um interessante exemplo de como os temas supramencionados podem coexistir. O foco da pesquisa foi o impacto da epidemia na cidade de Cuiabá, capital da Província. Consultando Relatórios Provinciais, documentos da Santa Casa de Misericórdia e dois livros de Registros de Óbitos do Arquivo da Cúria de Cuiabá, Vilela identificou divergências entre os procedimentos recomendados pelos médicos envolvidos no enfrentamento da varíola e as decisões do governo local.¹ A autora também explorou as reações da sociedade cuiabense diante da epidemia e abordou as dificuldades enfrentadas pelo poder público para promover a vacinação numa província com núcleos urbanos dispersos (VILELA, 2001).

Nos padrões da medicina do século XIX, a varíola – também chamada de bexiga – foi classificada como uma doença epidêmica. Devida a sua natureza contagiosa e altamente letal, a varíola foi uma enfermidade que o poder público imperial buscou combater por meio da vacinação. Contudo, a política imperial de produção e uso da vacina antivariólica demonstrou-se precária, irregular e ineficiente.

Outra enfermidade que preocupou as autoridades imperiais na Província de Mato Grosso e que já foi objeto de investigação histórica, foi a Sífilis – doença que ganhou relevância nas décadas finais do Império. Cavalcante pesquisou a sífilis na Província do Mato Grosso no período entre 1870 e 1890 e concedeu especial atenção para as representações sociais construídas sobre esta doença. O autor constatou semelhanças entre o discurso moralista dos médicos da Corte a respeito da Sífilis e o discurso dos médicos que atuavam na Província, sobretudo em Cuiabá: em ambos, a doença estava relacionada à promiscuidade sexual. No entanto, as autoridades médicas atribuíram o crescimento da sífilis ao fluxo de mulheres paraguaias Paraguai que ingressaram na Província e não colocaram em pauta o problema da prostituição – problema relevante no discurso dos médicos da Corte sobre a Sífilis (CAVALCANTE, 2003).

Tratando de um período histórico anterior ao Império, Jesus (2001) investigou as práticas de cura existentes na Província de Mato Grosso entre 1727 e 1808. A autora constatou que existiam poucos médicos e cirurgiões atuando na Província e, no sentido oposto, constatou a existência de diversos “agentes de cura” que não estavam habilitados pela academia para o exercício da medicina, mas que atuavam no atendimento doentes. A concepção de “agentes de cura” usada pela historiadora incluiu os médicos e cirurgiões (profissionais legalmente habilitados para o exercício da medicina), e também incluiu os sujeitos que atuavam no tratamento das doenças por meio de sangrias, benzeduras, remédios caseiros, rezas e feitiços (JESUS, 2001). Com base nos dados apresentados pela autora, podemos inferir que sabemos que no decorrer do século XVIII, apesar da riqueza e do fluxo demográfico provocado pela mineração aurífera, a população da Província de Mato Grosso sofreu com a escassez de médicos e com a precariedade dos hospitais.

1. Para os interessados na epidemia de varíola que atingiu Cuiabá em 1867, recomenda-se, além da Dissertação de Vilela (2001), a Dissertação de Rocha (2005) que investiga as mudanças nas práticas de sepultamento em Cuiabá no período entre 1850-1889.

A questão da precariedade do atendimento hospitalar na Província de Mato Grosso reaparece na pesquisa de Santos (2016). Focada na criação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, instituição inaugurada em 1817, a pesquisa enfatiza a importância da caridade para o atendimento dos enfermos no Brasil colonial e imperial (SANTOS, 2016). Inserida na doutrina cristã, a prática da caridade possibilitou a construção e o sustento de instituições hospitalares em diferentes locais do território brasileiro. Para além da sua função religiosa e moral, a caridade também produzia efeitos políticos na medida em que amenizava a insuficiência de investimentos públicos no enfrentamento das doenças, e, ao mesmo tempo, ampliava os espaços institucionais para a atuação das elites locais.

A importância da caridade no atendimento aos enfermos e pobres do Brasil Imperial ganhou contornos mais definidos em situações de guerra e epidemia. Diante deste tipo de situação, problemas como as limitações orçamentárias do governo imperial, a extensão do território e as dificuldades de logística, o recorrente descumprimento das normas de higiene pública e a falta de médicos (sobretudo no interior do Império) dificultavam o atendimento da população. No caso específico da Província de Mato Grosso, a Guerra do Paraguai criou um quadro sanitário trágico. Parte deste quadro está contemplado na obra intitulada *A História Esquecida da Guerra do Paraguai* (DOURADO, 2014). A Guerra do Paraguai – também chamada de Guerra da Tríplice Aliança – é o tema central de uma tese, originalmente defendida em 2010. Dentro deste tema mais amplo, a autora investigou as epidemias de varíola e cólera que atingiram as tropas mobilizadas pelo Império para o conflito e pesquisou as condições de atendimento médico aos feridos. Segundo Dourado (2014, p. 147): “O serviço de saúde do exército brasileiro era escandalosamente deficiente”. A autora também constatou que a recuperação dos enfermos – fossem estes atingidos por doenças epidêmicas ou feridos durante as batalhas – foi prejudicada pela insuficiência de médicos e cirurgiões, pela falta de medicamentos, por descuidos na assepsia e pela irregularidade na distribuição de alimentos e acessórios hospitalares.

O impacto da Guerra do Paraguai nas condições sanitárias da Província de Mato Grosso também foi objeto de estudo de Jorge Prata de Sousa (2006). Na sua pesquisa, o autor consultou documentos referentes ao atendimento médico recebido pelas tropas brasileiras envolvidas no conflito. Sousa observou imprecisões no diagnóstico atribuído aos militares atendidos durante a campanha e coletou dados que ressaltam a recorrência e alta mortalidade do Cólera entre as tropas brasileiras. Segundo o autor, as péssimas condições de higiene, a constante mobilidade das tropas e a concentração de enfermos nos hospitais de campanha contribuíram para a proliferação do Cólera (SOUSA, 2006).

No que diz respeito aos estudos que abordam especificamente a salubridade urbana no Mato Grosso Imperial, importa destacarmos os textos de Sena e Nogueira (2015) e Sena e Rückert (2020) que tratam da atuação da Câmara Municipal de Corumbá na fiscalização dos matadouros, comércio de alimentos, limpeza das ruas, vacinação, isolamento de enfermos e assistência aos pobres em situações de epidemia. Com base nestes dois estudos, sabemos que a municipalidade de Corumbá (o mais importante núcleo urbano do interior da Província de Mato Grosso) procurou coibir e punir práticas sociais consideradas prejudiciais à higiene pública, e, sabemos também que as condições higiênicas da cidade eram precárias.

Se considerarmos o período imperial como marco cronológico referencial para este breve e incompleto exercício de revisão bibliográfica sobre a História das Doenças em Mato Grosso, podemos afirmar que as pesquisas produzidas por Vilela (2001), Jesus (2001), Cavalcante (2003), Sousa (2006), Dourados (2014), Santos (2016), Sena e Nogueira (2015) e Sena e Rückert (2020) constituem o núcleo mais denso do campo de estudos sobre a historicidade das doenças, do saber médico e das práticas de cura no Mato Grosso do século XIX.

Na sequência do artigo, apresentamos nossa contribuição para este campo de estudos a partir de uma pesquisa direcionada para os Relatórios da Província de Mato Grosso produzidos no período do II Reinado.

Os relatórios dos presidentes de província: caracterização da fonte documental

A administração do Brasil Imperial foi caracterizada pelo centralismo e pela hierarquização das esferas de atuação do poder público. No sistema político implantando no Império, as Câmaras Municipais estavam subordinadas às Províncias e ambas estavam subordinadas ao governo imperial. A manutenção do centralismo e da hierarquização das instituições políticas demandava a constante produção de documentos por meio dos quais o Império se comunicava com as Províncias e as municipalidades. Dentre os diversos tipos de documentos produzidos pela administração pública imperial, importa destacarmos os Relatórios dos Presidentes de Província (doravante RPP).

Os RPP eram documentos elaborados anualmente por cada um dos Presidentes de Província e suas finalidades principais consistiam em (i) indicar temas relevantes que demandavam a atenção da Assembleia Provincial, (ii) registrar a percepção do Presidente da Província sobre a situação financeira, demográfica e sanitária do território e (iii) informar as principais ações encaminhadas pelo governo provincial no decorrer de um determinado ano. Dentro deste amplo escopo, os RPP registravam demandas que as Províncias encaminhavam para o governo imperial e descreviam a situação da administração pública no âmbito provincial.

Os RPP reuniam informações procedentes de diferentes setores da administração pública (justiça, segurança, tesouraria, obras públicas, etc.), e, conseqüentemente, apresentavam um amplo panorama sobre a situação das Províncias. Este panorama era elaborado a partir das informações que o Presidente recebia dos seus assessores e/ou das municipalidades. Neste sentido, cada Relatório era uma peça textual escrita por com um único autor, mas com colaborações de diferentes membros da burocracia imperial.

Cabe ressaltar que apesar de contemplarem assuntos da administração pública provincial e de serem direcionados para um público específico (os membros das Assembleias Provinciais), os RPP não seguiam um modelo estrutural pré-determinado, e, conseqüentemente, alguns Relatórios incluíam subtítulos temáticos diferenciados, como por exemplo: “negócios militares”, “caridade”, “catequese indígena” e “negócios eclesiástico”. Outro aspecto interessante nesta fonte documental é a inconstância de assuntos que na legislação imperial eram responsabilidades das Províncias, como, por exemplo, a instrução pública. Alguns Relatórios incluíam Anexos – recurso gráfico que permite maior precisão na exposição de dados quantitativos, mas a inclusão de

Anexos pode ser considerada uma exceção neste tipo de fonte documental.

A importância dos RPP para o estudo da administração pública e da sociedade imperial é um fato indiscutível na historiografia brasileira e diversas pesquisas fazem uso desta fonte documental. Apesar disto, acreditamos ser pertinente registrar dois aspectos dos RPP que influenciam no seu uso enquanto documento para interpretação da história. O primeiro diz respeito a dispersão espacial da burocracia imperial: fora do limite territorial da Corte, esta burocracia se concentrava nas capitais e, conseqüentemente, os RPP apresentam maior volume de informações sobre as capitais provinciais. O segundo aspecto diz respeito ao cargo do Presidente de Província: os homens que exerciam este importante cargo estavam subordinados diretamente ao governo Imperial e atuavam – de forma implícita ou explícita – como mediadores na relação entre as elites provinciais e o Império; e, nesta condição, eles geralmente eram cautelosos na descrição dos problemas observados. Considerando os dois aspectos supramencionados, e considerando também a extensão dos territórios provinciais e as dificuldades de comunicação entre as suas partes, podemos inferir que os RPP careciam de informações precisas sobre a situação nas cidades e vilas de pequeno porte e, ao mesmo tempo, ofereciam pouca margem para a elaboração de crítica incisivas sobre os problemas administrativos de cada Província.

Como todo documento histórico, os RPP necessitam de uma leitura crítica e não podem ser dissociados do contexto em que foram escritos. A priori, cada Relatório é uma peça documental única escrita por um membro da elite burocrática do Império (o Presidente da Província) e dirigida para outros membros da respectiva elite (os participantes das Assembleias Provinciais). Isto significa dizer que cada Relatório era uma peça de um sistema político que excedia a própria materialidade do seu texto. E, quando analisados em série – procedimento que demanda o trabalho do historiador, os Relatórios potencializam a compreensão das interações entre a macro conjuntura do Império e as conjunturas regionais e oferecem elementos para uma narrativa histórica sobre mudanças e continuidades na situação de uma determinada Província.

No artigo que apresentamos para apreciação do leitor, adotamos como procedimento metodológico a seriação e análise de conteúdo dos Relatórios referentes à Província de Mato Grosso no período entre 1840 e 1889. A composição da série documental foi feita por meio do acervo digital da *Center for Research Libraries* e a consulta nos documentos foi direcionada para as questões referentes ao quadro sanitário da Província.² O corpus documental localizado no acervo digital *Center for Research Libraries* é composto de 59 documentos. Deste total, 48 são identificados nominalmente como “Relatórios”, 3 são “Discursos”, 6 são “Fallas” e 2 são identificados como “Exposição”. Apesar destas diferentes nomenclaturas, as 59 peças foram agrupadas na categoria de Relatórios.³ Consideramos pertinente informar o leitor que dentro do marco cronológico fixado (1840-1889), não constam, no acervo digital da *Center for Research Libraries* os Relatórios da Província de Mato Grosso referentes aos anos de 1841, 1842, 1843, 1855, 1867, 1870 e 1885.

2. Dentro do acervo digital da *Center for Research Libraries* os RPP de Mato Grosso se encontram dispostos em ordem cronológica no seguinte site: <http://ddsnext.crl.edu/titles/170#c=0&m=50&s=0&cv=57&r=0&xywh=-1217%2C0%2C4400%2C3103>

3. O procedimento foi baseado na observação de fatores como composição textual, os temas abordados, a procedência e a finalidade dos documentos.

Sobre as doenças registradas nos RPP de Mato Grosso

A seriação dos RPP de Mato Grosso nos permitiu identificar algumas doenças que afetavam a população da Província com maior incidência e com maior intensidade. No **Quadro 1**, apresentamos a lista das respectivas doenças com a nomenclatura da época e com a nomenclatura atual e o(s) ano(s) em que elas foram registradas na fonte documental consultada.⁴

Quadro 1: doenças registradas nos RPP de Mato Grosso (1840-1889)

Nomenclatura do século XIX	Nomenclatura atual	Anos em que foram registradas
"Bexiga"	Varíola	1861
		1867
		1868
		1884
"Morphea"	Hanseníase	1864
		1865
		1869
		1873
		1874
"Enfermidades endêmicas de sezões"	Malária	1859
"Grippe"	Gripe	1861
"Febre typhoide"	Febre tifoide	1863
		1873
"Hepatites agudas"	Hepatite	1864
"Bronchites, pulmonias e pleurizes"	Bronquite	1864
		1865
		1873
		1876
"Febres intermitentes"	*	1846
		1865
"Febres Catharraes"	*	1844
		1845
"Cholera-morbus"	Cólera	1855
		1886
"Coqueluche/Tosse convulsiva"	Coqueluche	1866
"Tuberculos pulmonares"	Tuberculose	1871
		1876
"Varicela"	Catapora	1875
		1878
"Sarampão"	Sarampo	1852
		1879
"Diarrhea"	Diarreia	1875
		1877
"Syphilis"	Sífilis	1871
		1876
"Hydropisia"	Hidropsia	1871

4. Optamos por usar o sinal de aspas na primeira coluna do **Quadro 1** para enfatizar que a grafia corresponde ao que consta nos RPP.

*não localizamos a nomenclatura equivalente na medicina contemporânea.

Fonte: Relatórios de Presidentes da Província de Mato Grosso. Acervo digital da *Center for Research Libraries*.

Os dados do Quadro 1 indicam que a Varíola e a Hanseníase foram as doenças mais registradas nos RPP. Semelhantes no número de ocorrências, as duas doenças produziram impactos diferentes na população da província e nas autoridades públicas. A Hanseníase era considerada uma enfermidade endêmica que demandava uma atenção especial pela necessidade de isolamento do enfermo e pelo estigma social que ela provocava. A Varíola, por sua vez, era uma enfermidade epidêmica e com alto potencial de mortalidade. Para o enfrentamento da Hanseníase, no século XIX, a criação de leprosários e o confinamento dos enfermos era o procedimento recomendado pelas autoridades sanitárias. Para o enfrentamento da varíola, quando a doença se manifestava, havia a possibilidade de imposição de quarentenas nas localidades atingidas – procedimento difícil de ser efetivado – e havia também a opção da vacina.

Constatamos que, apesar de ser um recurso profilático que enfrentava resistência por parte da sociedade e de ter um fornecimento irregular e insuficiente, a vacina contra a varíola foi usada na população mato-grossense em diversas ocasiões. No Quadro 2, apresentamos dados sobre o uso deste recurso profilático extraídos dos RPP de Mato Grosso.

Quadro 2: registros da vacinação contra a varíola nos RPP de Mato Grosso (1840–1889)

Ano	Registro de pessoas vacinadas
1850	não consta o número de vacinados
1852	não consta o número de vacinados
1853	não consta o número de vacinados
1854	não consta o número de vacinados
1858	não consta o número de vacinados
1861	327 vacinados
1863	43 vacinados
1868	não consta o número de vacinados
1871	243 vacinados
1872	182 vacinados
1873	532 vacinados
1876	127 vacinados
1879	530 vacinados
1881	1.008 vacinados

Fonte: Relatórios de Presidentes da Província de Mato Grosso. Acervo digital da *Center for Research Libraries*.

Observando o Quadro 2, podemos constatar que, dentro da série documental analisada, existem dois momentos distintos no registro da vacinação contra a varíola. Inicialmente, os RPP informavam o uso deste recurso profilático, mas não especificavam quantos habitantes da Província foram vacinados. A partir de 1861 surgem dados quantitativos mais precisos – fato que indica uma crescente preocupação do poder público com a vacinação. Os dados apresentados

acima evidenciam que o número de vacinados foi irregular e expressivamente baixo, se considerarmos a população da província para a época. Segundo os dados apresentados por Garcia (2001), em 1872 a população livre do Mato Grosso era de 53.750 e a população escrava era de 6.677 pessoas. Neste ano, apenas 182 habitantes foram vacinados.

Quando pesquisamos as condições sanitárias de uma população, os números são importantes. Todavia, os números não dizem tudo. No caso específico da vacinação contra a Varíola em Mato Grosso, os RPP registram dificuldades enfrentadas para ampliar o uso da vacina: faltavam médicos habilitados para aplicar a vacina no interior da Província, os materiais recebidos do Rio de Janeiro (pus, lâminas e tubos capilares) eram insuficientes e frequentemente se deterioravam no transcurso entre a Corte e Cuiabá, e havia forte resistência da população em aceitar a vacina. Na opinião que o Inspetor de Saúde Pública emitiu, em documento datado de 1873, a vacinação na Província se encontrava em “estado de atraso” e a “população, deslembada” da epidemia de 1867, não procurava fazer uso do “preservativo da varíola”. (*Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso no dia 04 de outubro de 1872 pelo Presidente da mesma Província Exm. Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Junior*. Rio de Janeiro: Typographia do apostolo. 1873, s/p.)

Conforme demonstrou Vilela (2001, p. 41) em sua pesquisa sobre a epidemia de Varíola de 1867, as autoridades provinciais manifestavam uma posição ambígua a respeito da vacinação. Ao mesmo tempo que registravam dificuldades para distribuir a vacina, “os presidentes da Província de Mato Grosso utilizaram o termo *repugnância* para apontar o sentimento que explicaria para eles porque a vacina não tinha a aceitação desejada”. Incapaz de prover vacinas para toda a população e incapaz de convencer a sociedade da eficiência deste recurso profilático, o governo provincial usou da sua autoridade para fazer “recair sobre as crianças pobres do Arsenal de Guerra, as escravas, os sentenciados e soldados a obrigatoriedade da vacina.” (VILELA, 2001, p. 41).

Duas das doenças apontadas no Quadro 1, a Sífilis e a Tuberculose, apresentaram uma ascendência nas décadas finais do Império. Mas nos RPP de Mato Grosso, não localizamos ocorrências para estas doenças no decênio de 1880. Refutamos a possibilidade de que estas enfermidades não tenham provocado vítimas na Província nos anos finais do Império. O mais provável é que a Sífilis e a Tuberculose não foram consideradas problemas sanitários relevantes pelos autores dos Relatórios.

Interpretar o estado sanitário de uma determinada localidade a partir de documentos que não procedem da prática medicinal é uma tarefa cujos resultados precisam ser ponderados. Vejamos por exemplo, o caso da Malária na Província de Mato Grosso. Nos RPP ela foi registrada somente no ano de 1859 e identificada como “Enfermidades endêmicas de sezões”. Se consideramos a inexistência de outros registros nos RPP, podemos cometer erro de afirmar que a Malária foi uma doença de pouca incidência no Mato Grosso imperial. Contudo, sabemos que a Malária ainda hoje apresenta alta incidência no território mato-grossense, sobretudo na parte norte do Estado. É difícil pensar que no século XIX, os habitantes daquela região não sofressem de malária. Neste caso, o bom senso recomenda que o historiador evite supervalorizar o dado quantitativo extraído da fonte.

Os dados reunidos no Quadro 1 não são a única forma de se conhecer as doenças que

atingiam a população de Mato Grosso no Segundo Reinado. Outra possibilidade consiste na observação da tipologia de doenças registradas no documento intitulado “Mappa geral estatístico-pathologico das enfermidades tratadas nas diversas enfermarias militares desta Província no ano de 1873”. O respectivo documento é parte do Relatório do Presidente de Província de 1874 e foi reproduzido abaixo na íntegra.

PROVINCIA DE MATO-GROSSO.

MAPPA GERAL ESTATISTICO PATHOLOGICO DAS ENFERMIDADES TRATADAS NAS DIVERSAS ENFERMIARIAS MILITARES DESTA PROVINCIA, DURANTE O ANNO DE 1873.

CLASSIFICAÇÃO DAS MOLESTIAS	HOUEVERTO		SAHIHO		OBSERVAÇÕES	OPERAÇÕES	CURADOS	FALLECIDOS
	EXISTIÃO	ENTRAÃO	CURADOS	FALLECIDOS				
MOLESTIAS DE SEDES DETERMINADAS.								
APARELHO DE SENSACÃO.	10	145	155	20		Desarticulação do 3.º artelho do pé direito por necroses das phalanges, e mais desarticulação do 4.º metatarsiano exigida por necroses do mesmo osso.		
Molestias do aparelho da olfacção.	1	2	3			Dilatação dos diversos focos purulentos no pé do mesmo doente.		
Molestias do aparelho da audição.	1	3	2	1		Operação phymozes por procrição em um doente de cancro venereo.		
Molestias do aparelho da gustação.	1	3	1	2				
Molestias do aparelho da visão.	1	50	49	2				
Molestias do aparelho da reprodução.	16	17	24	9				
APARELHO DE NUTRIÇÃO.								
Molestias do aparelho da digestão.	5	241	223	11				
Molestias do aparelho da circulação.	2	4	1	2				
Molestias do aparelho da respiração.	19	209	197	13				
Molestias do aparelho urinario.	1	6	5	2				
Molestias do aparelho lymphatico.	9	21	19	1				
Molestias constituídas por um estado anormal do sangue.	6	39	40	5				
APARELHO DE LOCOMOÇÃO.								
Molestias do systema osseo e dos seus accessorios.	4	14	18					
Molestias do systema muscular e dos seus accessorios.	4	115	109	1				
Molestias dos orgãos articulares e dos seus accessorios.	5	47	51	1				
MOLESTIAS DE SEDES INTERMINADAS.								
MOLESTIAS MARÇANTIAES.								
Febres continuas.	1	67	64	3				
Febres intermitentes.		26	27					
Febres remittentes.		8	7					
Febres eroptivas.	1	1						
Febres amarellas.								
Typho.		9	7	1				
ENFEREZA DE MENTO.								
Por toxicos.		1		1				
Por toxicos narcoticos.								
Por toxicos narcoticos acres.								
Por toxicos septicos.								
Syphilis.	6	258	253	2				
Nervozos.	2	82	67	6				
Molestias constituídas por productos morbidos ao organismo.		1	1					
Molestias constituídas por transformações organicas dos tecidos uns nos outros.								
Idem constituídas primitivam.º por um principio animal communicado ao homem.	1	1	1					
Molestias determinadas pela decrepitude.								
Feridas diversas.	11	332	321	1				
Defeitos physicos.		2	2					
Hernias.		7	6					
Cholera morbus.								
Somma.	97	1704	1632	48				

RESUMO.

Existião.....	97	Saheão curados.....	1:632
Entrarão.....	1:704	Fallecidos.....	48
Total.....	1:801	Existem.....	121
		Total.....	1:801

Delegacia do Corpo de Saude do Exercito em Cuiabá, 16 de Abril de 1874.

Dr. José Antonio Martinho,
Delegado do Cirurgião mór do Exercito.

As informações reunidas no “Mappa” não podem ser generalizadas para todo o coletivo da sociedade mato-grossense porque registram enfermidades que atingiram um segmento específico desta sociedade: o segmento dos militares. Dentro deste, o “Mappa” nos permite conhecer as doenças que motivaram internações no decorrer do ano de 1873.

As doenças listadas no “Mappa” destacado acima foram classificadas em duas macro-categorias: “moléstias de sede determinadas” e “moléstias de sede interminadas”.⁵ A primeira está subdivida em 3 tipologias distintas pela área do corpo atingida. São elas: (i) “aparelho de sensação”, com 219 internações; (ii) “aparelho de nutrição”, com 514 internações; e (iii) “aparelho de locomoção”, com 176 internações. Observando as moléstias mais recorrentes no total de 909 internações listadas na macro-categoria “moléstias de sede determinadas”, constatamos que 241

5. Existe a possibilidade de que o documento contenha um erro gráfico na denominação da macro-categoria “moléstias de sede interminadas”. Provavelmente, a palavra correta fosse “indeterminadas”.

foram provocadas por problemas de digestão e 203 foram decorrentes de problemas respiratórios. Estes números, apesar de restritos ao segmento militar e de valorizar casos mais graves (os casos que justificavam a internação), nos permitem inferir que a população mato-grossense da época convivía com doenças respiratórias de diferentes tipos e era atacada com certa regularidade por infecções intestinais.

No que concerne a macro-categoria de “moléstias de sede interminadas”, é interessante observarmos que o autor do documento inseriu 6 tipos de doenças na sub-categoria “moléstias manifestadas por um estado febril”. Nesta sub-categoria foram enquadrados 111 casos de internação para um total de 1.801 registrados no “Mappa”. Isto nos permite inferir que o “estado febril” de um enfermo não era um critério determinante para a internação nas enfermarias militares. Era mais provável que o enfermo fosse internado pelo diagnóstico de Sífilis – situação que ocorreu com 258 pessoas no decorrer do ano de 1873. Neste aspecto, cabe ressaltar que os dados sobre a Sífilis procedentes das enfermarias militares apresentam uma situação bem mais grave do que os dados registrados nos textos redigidos pelos Presidentes da Província de Mato Grosso.

O discurso sobre o estado sanitário da Província de Mato Grosso (1840-1889)

Os RPP de Mato Grosso oferecem duas possibilidades de análise do quadro sanitário provincial: uma de cunho quantitativo e outra de cunho qualitativo. Na seção anterior do artigo exploramos aspectos quantitativos. Nesta, vamos abordar aspectos qualitativos por meio das construções discursivas identificadas nos Relatórios.

Em diversos RPP consta o adjetivo “satisfatório” para definir o estado sanitário da Província. Com certa frequência, os Relatórios atribuíam este estado à “graça divina” ou ao “clima salutar” da Província. A ênfase na relação entre o clima e a saúde da população é o elemento mais recorrente na estruturação de um discurso sobre o estado sanitário da Província. Como exemplo desta relação e do seu uso para explicar a presença ou ausência de doenças, destacamos o seguinte excerto documental.

Em quase todos os pontos habitados da Província, especialmente nesta Capital, cujo clima, aliás apesar de quente, sempre passou por sadio, grassarão fortemente de Maio a Novembro do ano passado, sobretudo em Setembro e outubro, pleurizes pulmonias e febres catharraes, que os facultativos atribuem a excessiva seca e aturado calor, que então reinou, e as súbitas e passageiras mudanças de temperatura produzidas pelo vento sul e sudeste (sic). (*Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Província de Mato Grosso Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1845. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845, p. 13*)

A citação destacada, data de 1845, e o seu conteúdo precisa ser contextualizado. Dentro do paradigma médico da época, os fatores climáticos poderiam atuar de forma positiva ou negativa na saúde de uma determinada população. A priori, o calor não era um elemento climático prejudicial, mas as mudanças súbitas na temperatura poderiam causar enfermidades. Para os padrões atuais de medicina, esta explicação pode parecer demasiadamente simplista, mas para o século

XIX, ela era funcional e coerente com o conhecimento médico existente na época.

A valorização dos fatores climáticos na saúde pode ser considerada um elemento de longa temporalidade no pensamento médico. No caso dos RPP, ela reaparece em diversas ocasiões. Em 1873, o Inspetor de Saúde Pública incluiu nas suas anotações uma explicação para o efeito do clima local na saúde da população mato-grossense. Segundo o Inspetor:

Sempre que as estações se sucedem, aqui reinão com maior ou menor vehe-
mencia, as afecções das vias aéreas ou do tubo intestina, circunstancias estas
devida as rápidas transições athmosphericas, e não é novo que uma ou outra
daquelas enfermidades assuma caráter epidêmico (sic). (*Relatório apresentado
a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso no dia 04 de outubro de
1872 pelo Presidente da mesma Província Exm. Sr. Tenente Coronel Dr. Fran-
cisco José Cardoso Junior*. Rio de Janeiro: Typographia do apostolo, 1873, s/p.)⁶

Assim como as mudanças súbitas na temperatura, as águas estagnadas também influencia-
vam de forma negativa na saúde da população. Em 1853 o Presidente da Província informava
que para melhorar as condições sanitárias de Cuiabá providenciou “a formação de valas para
dessecamento de terreno plano e alagadiço em se acha a cidade [...], a qual deve, pelo menos em
parte, a sua insalubridade, aos depósitos de águas estagnadas que existem em suas imediações,
[...]” (Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, 1853, p. 29)

A preocupação com as águas estagnadas encontrava respaldo na teoria miasmática que,
sob certo aspecto, pode ser considerada uma vertente moderna da medicina hipocrática. A res-
pectiva teoria afirmava que a transmissão de doenças era consequência da contaminação do
ar contaminado por miasmas gerados pela decomposição e putrefação de matérias orgânicas.
Dentro desta lógica, evitar a estagnação de águas e evitar o acúmulo de matérias orgânicas em
decomposição eram práticas que diminuíam o risco de transmissão de doenças por miasmas.

Nos RRP de Mato Grosso que consultamos existem diversas referências implícitas à teo-
ria miasmática. As referências são implícitas porque remetem a necessidade de evitar a con-
taminação do ar sem fazer uso da palavra miasmas. Vejamos um exemplo extraído das fontes
documentais. No Relatório de 1859, o Presidente da Província afirmava que:

A desecação de agoas estagnadas, a remoção das imundícias que se depositão
em diversos pontos da Cidade [Cuiabá], e finalmente o estabelecimento de
hum cemitério publico para a inhumação dos cadáveres humanos, são medi-
das que reclamão, desde já nossa mais seria atenção (sic). (*Relatório do Presi-
dente da Província de Mato Grosso*. O chefe da divisão, Joaquim Raymundo De
Lamare. Cuyaba. Typographia Cuyabana, 1859, p. 34)

A citação acima diz respeito a situação sanitária de Cuiabá, capital do Mato Grosso. Con-
tudo, sabemos que a preocupação com a localização dos cemitérios foi um assunto de âmbito
nacional e que outras partes do Império também se defrontaram com o problema do destino dos

6. A citação procede de um Anexo incorporado ao Relatório do Presidente da Província de 1873. Este anexo é uma
peça documental diferenciada no conjunto de documentos consultado porque foi escrito por um profissional da
medicina.

mortos. Neste sentido, a Promulgação da Lei n. 01 de 01 de junho de 1864, proibindo sepultamentos no interior das Igrejas, foi uma intervenção sanitária do Império que estava respaldada pela teoria dos miasmas.⁷

A referência aos fatores climáticos e a presença implícita da teoria dos miasmas são dois elementos que consideramos relevantes no discurso a respeito do estado sanitário da província de Mato Grosso. Um terceiro elemento ganhou forma a partir do medo da importação de doenças. Nos Relatórios de 1852 e 1853 existem registros da preocupação com as epidemias de “bexiga” que estavam curso na Bolívia e no Paraguai. Em 1856 o governo provincial providenciou medidas para evitar o ingresso do Cólera pelas vias fluviais que ligavam o Mato Grosso ao Pará. No ano seguinte, o medo da importação da “bexiga” voltou a ser registrado. E, em 1860, o Provedor de Saúde solicitou ao Presidente a criação de um “lazareto no Baixo Paraguay, que acuda a alguma epidemia que possa ser introduzida pela navegação pelo Paraguay.” (*Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O coronel Antonio Pedro de Alencastro*. Cuiabá. Typographia da Voz da Verdade, 1860, p. 16)

Para entender a recorrente preocupação com a importação de doenças é importante lembrarmos que uma rede de navegação fluvial conectava a Província de Mato Grosso com a capital do Paraguai e com as grandes cidades localizadas nas margens do Rio da Prata (Rosário, Buenos Aires e Montevideú). Pelas águas do Rio Paraguai, a Província recebia produtos procedentes da Corte ou da Europa e escoava parte da sua produção, e pelas mesmas águas, transitavam militares, médicos, burocratas do Império e homens de negócio de diferentes nacionalidades.

O risco de importação de doenças pelas vias fluviais coexistia com os problemas sanitários internos, e estes eram muitos. Anteriormente, mencionamos as dificuldades encontradas no uso da vacinação contra varíola e a questão das águas estagnadas em Cuiabá. Além destes problemas, o interior da Província de Mato Grosso carecia de médicos e cirurgiões e na capital a situação do abastecimento de água era precária.

A carência de médicos e cirurgiões não era uma realidade exclusiva da Província de Mato Grosso. No entanto, neste território, o problema assumiu proporções graves. Em diversas ocasiões os RPP registram a falta de médicos no interior da Província – uma falta que já estava configurada no final do século XVIII (JESUS, 2001). Não podemos precisar quantos médicos e cirurgiões atuaram em Mato Grosso dentro do recorte cronológico que fixamos (1840-1889). Mas sabemos que em 1862, o Presidente da Província registrou no Relatório do respectivo ano, que existiam em Mato Grosso “9 medicos e 1 cirurgião militares, e 2 medicos paisanos, dos quaes achão-se 7 nesta capital, e os outros na Vila de Miranda, Nioac, Forte Coimbra, Villa Maria e Cidade do Mato Grosso (sic).” (*Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso*. Exm. Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Cuiabá. Typographia do Matto-Grosso, 1862, p. 19).

Os dados referentes ao ano de 1862 não podem ser generalizados para todo o período do Segundo Império, sobretudo porque durante a Guerra do Paraguai, o governo imperial enviou médicos e cirurgiões para o atendimento das tropas mobilizadas no conflito. No entanto, este

7. Em 1864, através do Decreto de Lei n. 01 de 01 de junho, o Império proibiu o enterro dos corpos no interior das igrejas. Isso reafirma a preocupação com o estado de putrefação dos corpos, por crer que os mesmos poderiam disseminar doenças.

aumento foi circunstancial e, provavelmente, não provocou grandes mudanças no quadro geral, sobretudo porque os médicos e cirurgiões encaminhados para o Mato Grosso no contexto da Guerra do Paraguai atuaram, prioritariamente, no atendimento dos militares.⁸

Diante da insuficiência no número de médicos e cirurgiões na Província e da concentração destes profissionais na capital e nas fortificações militares, e considerando a extensão do território mato-grossense no Império, podemos inferir que a maior parte da população de Mato Grosso não contava com a medicina científica para curar suas doenças. Esta população recorria aos saberes populares para o enfrentamento das enfermidades e, quando necessário, acionava barbeiros, sangradores, curandeiros e benzedoras.

A carência de médicos e cirurgiões atingia principalmente a população residente no interior da Província. Mas isto não significa dizer que viver a situação sanitária da capital fosse melhor do que no interior. A lógica era inversa: por ser uma cidade de maior porte, e por ser o centro de rotas que conectavam o Mato Grosso com outras partes do Império, Cuiabá enfrentou outros tipos de problemas sanitários, dentre os quais, os mais recorrentes foram a precariedade do abastecimento de água, a necessidade de um matadouro público, a localização dos cemitérios, a limpeza das ruas e as águas estagnadas.

Considerações finais

Compor um panorama histórico sobre um determinado assunto a partir de uma única fonte documental é um exercício de investigação que precisa absorver as limitações impostas pela própria fonte. No caso deste artigo, a ênfase nos RPP limitou outras possibilidades de interpretação dos fatores que influenciavam nas condições sanitárias da Província de Mato Grosso.

Aceitamos a limitação imposta pela fonte documental apostando nas vantagens decorrentes da seriação e análise dos RPP. E, no nosso entendimento, a aposta foi compensatória. O estudo dos RPP, dentro do marco cronológico fixado, permitiu coletar dados quantitativos e qualitativos. No primeiro caso, identificamos as doenças mais recorrentes na Província de Mato Grosso e destacamos informações a respeito da vacinação contra a varíola na respectiva província. No segundo caso, foi possível identificar a existência de elementos discursivos usados pelos Presidentes da Província para interpretar e descrever o estado sanitário do território e da população.

Estamos cientes de que os elementos discursivos identificados – relação entre clima e saúde, teoria dos miasmas, medo da importação de doenças e problemas sanitários internos - não foram analisados com profundidade. Acreditamos que uma análise mais aprofundada demanda o estudo de outras fontes documentais – opção que não se enquadra na proposta inicial da pesquisa.

Desta forma, reiteramos que a prioridade do artigo foi compor um panorama sobre o estado sanitário da Província de Mato Grosso a partir dos RPP que se enquadram no período entre 1840 e 1889. E, acreditamos que a prioridade foi atingida – com a ressalva de que o panorama apresentado foi condicionado às limitações procedentes da fonte documental consultada.

8. Acreditamos que este assunto demanda maior atenção e merece ser objeto de uma investigação mais aprofundada.

Fontes documentais consultadas

Discurso com que o Exm. Presidente da Província de Mato Grosso abriu a sessão extraordinária da Assembleia Provincial no dia 15 de junho do corrente ano. Cuiaba: Typ. Provincial, 1840.

Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária do anno de 1844, pelo Exm. Senhor Presidente da Província, o Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire. Cuiaba: Typographia Provincial, 1844.

Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Província de Mato Grosso Ricardo José Gomes Jardim na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1845. Cuiabá: Typografia Provincial, 1845.

Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Província de Mato Grosso Ricardo José Gomes Jardim na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial de 10 de junho de 1846. Cuiabá: Typografia Provincial, 1846.

Falla dirigida pelo Excelentíssimo Senhor Doutor João Crispiniano Soares, actual Presidente da Província de Mato Grosso, a respectiva Assembleia Legislativa no Acto de sua instalação em 03 de maio de 1847. Cuiaba: Typographia Provincial, 1847.

Discurso recitado pelo Exm. Vice Presidente de Mato Grosso Manoel Alves Ribeiro na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1848. Cuiaba: Typographia Provincial, 1848.

Relatório do Presidente da Província de Mato-Grosso, o Doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1849. Rio de Janeiro: Typ. Imp. de J. Villeneuve e Cia, 1850.

Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na abertura da sessão ordinária de 1850, pelo Exm. Sr. Presidente da Província Coronel João José da Costa Pimentel. Cuaiba: Typographia do Echo Cuaiabano, 1850.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuaiba: Typographia do Echo Cuaiabano, 1851

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1852. Cuaiba: Typographia do Echo Cuaiabano, 1852.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1852. Cuaiba: Typographia do Echo Cuaiabano, 1853.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1854.

Cuiabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1854.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 04 de dezembro de 1856. O chefe da divisão, Augusto Leverger. Cuyabá: Typographia do Echo Cuiabano, 1856.

Relatório do Vice Presidente da Província de Mato Grosso. O tenente coronel Albano de Sousa Osorio, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1857. Cuiabá: Typographia do Noticiador Cuiabano, 1857.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O chefe da divisão, Joaquim Raymundo De Lamare na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1858. Cuiabá: Typographia do Noticiador Cuiabano, 1858.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O chefe da divisão, Joaquim Raymundo De Lamare na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1859. Cuyabá: Typographia Cuyabana, 1859.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O coronel Antonio Pedro de Alencastro na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio 1860. Cuyabá: Typographia da Voz da verdade, 1860.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O coronel do Corpo de Engenheiros, Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio 1860. Cuyabá: Typographia da Voz da verdade, 1861.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso. Exm. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio 1862. Cuyabá: Typographia do Matto-Grosso, 1862.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo Exm. Conselheiro Herculano Ferreira Penna em 03 de maio de 1863. Cuiabá: Typographia de Souza Neves e Companhia, 1864.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1864. Cuyabá: Typographia de Souza Neves e Companhia, 1864.

Relatório do Vice Presidente da Província de Mato Grosso. O tenente coronel Albano de Sousa Osorio, apresentado na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 04 de julho de 1866. Cuyabá: Typographia de Souza Neves e Companhia, 1866.

Relatório do Vice Presidente da Província de Mato Grosso. O barão de Aguapehy, apresentado na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03 de maio de 1868. Cuyabá: Typographia de Souza Neves e Companhia, 1868.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso. O chefe da divisão, Augusto Leverger, apre-

sentado na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 20 de setembro de 1869. Cuyabá: Typographia de Souza Neves e Companhia, 1869.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exm. Sr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior no dia 20 de agosto de 1871. Cuyabá: Typographia de Souza Neves e Companhia, 1871.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso no dia 04 de outubro de 1872 pelo Presidente da mesma Província Exm. Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardoso Junior. Rio de Janeiro: Typographia do apostolo. 1873.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso, na segunda Sessão da 19ª Legislatura no dia 03 de maio de 1873, pelo Presidente da Província Exm. Snr. General José Miranda da Silva Reis. Cuyabá: Typ. da “Situação” de Souza Neves e Cia, s/data.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 20ª legislatura no dia 03 de maio de 1874 pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. General Dr. Jose de Miranda da Silva Reis. Cuyabá: Typografia de Souza Neves e Companhia, 1874.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso na segunda sessão da 20ª legislatura no dia 03 de maio de 1875 pelo Vice Presidente da Província, o Exm. Sr. Coronel Barão de Diamantino. Cuyabá: Typographia de Souza Neves. 1875.

Falla com que o Excelentissimo General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a primeira sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial de Mato Grosso no dia 03 de maio de 1876. Cuyabá: Typographia da “Situação”, 1876.

Falla com que o Excelentissimo General Hermes Ernesto da Fonseca abriu a segunda sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial de Mato Grosso no dia 03 de maio de 1877. Cuyabá: Typographia da “Situação”, 1877.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a primeira sessão da 22ª legislatura da Assembleia Provincial de Mato Grosso no dia 01 de novembro. Cuyabá: Typographia de J.J.R. Calhão, 1878.

Relatório com que o Exm. Sr. Coronel, Barão de Maracaju, Presidente da Província de Mato Grosso passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa em 05 de dezembro. Cuyabá: Typographia de J.J.R. Calhão, 1879.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Rufino Eneas Gustavo Galvão, apresentado na abertura da 23ª legislatura da Assembleia Provincial. Cuiabá: Typographia de J.J.R. Calhão, 1880.

Relatório com que o Presidente da Província de Mato Grosso, Rufino Eneas Gustavo Galvão, pretendia abrir a 2ª sessão da 25ª legislatura da Assembleia Provincial em 03 de maio de 1881. Cuyabá: Typographia de J.J.R. Calhão, 1881.

Relatório apresentado pelo Presidente da Província, José Maria de Alencastro, na abertura da primeira sessão da 24ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de junho de 1882. Cuyabá: Typographia de J.J.R. Calhão, 1882.

Relatório com que o Presidente da Província de Mato Grosso O Tenente Coronel José Leite Galvão passou a administração ao Exm. Sr. Coronel José Maria de Alencastro no dia 10 de março de 1882. Cuyabá: Typographia de J.J.R. Calhão, 1883.

Relatório com que o Exm. Sr. General Barão de Batovy, Presidente da Província de Mato Grosso, abriu a primeira sessão da 25ª legislatura no dia 01 de outubro de 1884. Cuyabá: Typographia de J.J.R. Calhão, 1884.

Relatório apresentado a Assembleia Provincial de Mato Grosso na 1ª sessão da 26ª legislatura, no dia 12 de julho de 1886, pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Joaquim Galdino Pimentel. Cuyabá: Typographia da Rua de Antônio João, 1886.

Relatório com que o Vice Presidente da Província de Mato Grosso, José Joaquim Ramos Ferreira, devia apresentar a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Provincial em setembro de 1877. Cuyabá: s/ed.,s/d.

Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Dr. Francisco Raphael de Mello Rego, Presidente da Província, abriu a 27ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso em 20 de outubro de 1888. Cuyabá: Typographia da Rua de Antônio João, 1888.

Referências bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitaria na Primeira República. Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*, Vol. 28, n. 2, 1985.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *Power, Ideology and Public Health in Brazil (1889-1930).* Phd. D. Thesis, Harward University, 1987.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo. *A sífilis em Cuiabá: saber médico, profilaxia e discurso moral (1870-1890).* Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 1980.

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário.* Origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

EDLER, Flávio Coelho. *Reformas no Ensino Médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1992.

FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Vol. 9. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): Uma província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado (História), UNICAMP, Campinas, 2001.

JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e Doença: Práticas de cura no centro da América do Sul (1727 – 1808)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

LUZ, Madel T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LUZ, Madel T. *Medicina e ordem política brasileira*. Políticas e Instituições de Saúde. Rio de Janeiro: Editora Grall, 1982.

MACHADO, Roberto, *et al.* (Orgs.). *Da(n)ação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia (Orgs.). *Uma história brasileira das Doenças*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). *Uma história brasileira das Doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Piere. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Trad. Terezinha Marinha. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 141-160.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim*. Inventário da saúde pública. São Paulo, 1880-1930. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Transformações nas práticas de enterramento - Cuiabá, 1850-1889*. Cuiabá: Central de Texto, 2005.

SANTOS, Marcia Adriana dos. *A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá (1817-1930): assistencialismo, práticas médicas, memórias e razões de Estado*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

SENA, Divino Marcos de; NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. Matadouro, açougueiros e municipalidade: disciplina no comércio de “carne verde” em Corumbá (1870-1888). *Tempos Históricos*, v. 19, p. 332-357, 1º sem. 2015.

SENA, Divino Marcos de; RÜCKERT, Fabiano Quadros. Higiene Pública e Salubridade Urbana na Corumbá Imperial. In: MOREIRA, Nathalia Claro; RÜCKERT, Fabiano Quadros (Orgs.). *Pen-*

sando a cidade: Corumbá em perspectiva interdisciplinar. Campo Grande: Life, 2020, p. 16-37.

VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá.* Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

YIDA, Massako. *Cem anos de saúde pública. A cidadania negada.* São Paulo: UNESP, 1994.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense. 1889-130.* Santa Maria/Bauru: UFSM/EDUSC, 1999.

Artigo submetido em 15/04/2021

Aceito em 11/05/2021